Inf. Pauta Fortaleza, CE v. 1 n. 1 jan./jun. 2016

ENSAIO

ÉTICA, CONSCIÊNCIA E PRÁTICAS ÉTICAS DO DOCENTE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA, ARQUIVOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

ETHICS, CONSCIENCE AND ETHICAL PRACTICES OF THE TEACHING OF INFORMATION SCIENCE, DOCUMENTATION, LIBRARY SCIENCE, ARCHIVAL AND INFORMATION MANAGEMENT IN BRAZIL

Francisco das Chagas de Souza
UFSC

RESUMO

Ensaio reflexivo versando sobre a incipiência da questão ética nas práticas docentes no campo da Biblioteconomia e áreas conexas no ambiente universitário brasileiro. Ressalta uma temporalidade em três etapas como forma de compreensão da evolução dessa docência, que parte de uma relação de vínculo do professor em tempo parcial dedicado ao ensino no curso para a de professor em tempo integral de dedicação ao ensino e à pesquisa. Conclui pela necessidade da realização de discussão entre os docentes no sentido de formarem um entendimento sobre diretrizes que orientem a realização de sua ação.

Palavras-chave: Ensino de Biblioteconomia. Ética docente. Deontologia do docente de Biblioteconomia.

ABSTRACT

This is a reflective essay on dealing paucity of ethics in teaching practices in the field of librarianship and related areas in the Brazilian university environment. The author emphasizes temporality in three steps as a way of understanding the evolution of this teaching, that part of a teacher's bond ratio in part-time dedicated to teaching the course for teacher full-time dedication to teaching and research. Concludes the necessity of conducting discussion among teachers together to form an understanding of guidelines that the realization of their action.

Keywords: Librarianship education. Teaching ethics. Ethics of librarianship teaching.

Desde quando foi aprovado um currículo oficial para a formação de bacharéis em Biblioteconomia no Brasil, pelo Conselho Federal de Educação, em 1962, ocorreu um conjunto de circunstâncias que, olhado historicamente, representa um processo de evolução (SOUZA, 2015). Não foi, todavia, um desenrolar de fatos coordenados sob a direção dos órgãos, como o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e entidades como a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB). De forma semelhante à maior parte dos acontecimentos que se desenrolaram nos sombrios vinte e um anos em que o País vergou sob a ditadura civil-militar, implantada a partir de abril de 1964, atendendo ao interesse do capitalismo intervencionista internacional (CANTARINO, 2014), aquelas ações que se deram no âmbito de atuação de bibliotecários, incluída a formação acadêmica que lhes incumbia, representaram uma sucessão de esforços de sobrevivência. Os relatos expostos pelas gestões do CFB – que atuaram naquele período –, inseridos no livro comemorativo aos 50 anos de regulamentação da profissão no país (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2015), confirmam parte desse entendimento. Tais enlaces também podem ser vislumbrados em estudos que tiveram por fonte o acervo documental da Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) (SOUZA, 2006a, 2006b, 2007, 2008a, 2008b), e, certamente, estudos mais atentos da documentação histórica da FEBAB, que vierem a ser feitos, poderão fornecer mais conhecimento sobre o entrelaçamento de vários fatores que dão à categoria bibliotecária brasileira a real dimensão de seu caráter.

Neste ensaio, volto a atenção para o movimento de um segmento que é tido como central em uma profissão de formação em nível superior: docência. Aqui considero de início o jeito como esse segmento se moveu no País. Uma possível maneira de se perceber esse movimento, ainda que de forma arbitrária, é pelo agrupamento temporal (em três etapas) da constituição desse segmento do grupo bibliotecário no âmbito brasileiro.

Como primeira etapa, surgiu um primeiro grupo. Ele se desenvolveu inercialmente dando sequência ao modo de ensino que já se praticava desde 1911, na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Também nesse grupo pode-se colocar, por adição, o trabalho realizado desde 1936 no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e Faculdade Escola de Sociologia e Política (São Paulo), destacando-se seus desdobramentos para o restante do Brasil (inicialmente, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul). Esse primeiro grupo, que reúne as ações realizadas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo; particularmente a parte do ensino adotado na capital bandeirante tem como característica ser constituído por uma perspectiva voluntarista; visava expandir o grupo de formados e, assim, contava quase que

integralmente com professores "horistas", em jornada parcial. Esse grupo docente tinha uma visão majoritariamente bibliotecária e não uma visão universitária de docência (BERLINCK, 2001). Tomando-se a situação fatual, pode-se dizer que essas pessoas eram "quase docentes" em face da condição que lhes era dada. Parte desses quase docentes provinha das bibliotecas de ensino superior e de bibliotecas públicas já existentes, e nas quais exerciam funções substantivamente técnicas. Dentre esses docentes havia vários ou várias bibliotecários(as) que portavam licenciatura universitária ou formação de magistério de segundo grau (MULIM, 2011), atuando, na maior parte de sua ação, na escola de Biblioteconomia como reprodutor de técnicas contidas e lidas em manuais estrangeiros, mediadas por suas experiências práticas. Quase sempre expunham um conhecimento não construído em seu contexto imediato, mas um saber importado, obtido de outra ambiência social e econômica e empiricamente ajustado ao meio brasileiro, se é possível dizer assim.

Como segunda etapa, surgiu o segundo grupo já recebendo influência do trabalho realizado pela iniciativa da ABEBD desde a sua criação, em 1967. Esse grupo passou a buscar e a defender a construção de condições para que se estabelecesse uma ação docente mais profissional nas escolas de Biblioteconomia. Começou a ser postulada, nos anos da década de 1970, a ideia da contratação de docente de Biblioteconomia em jornada completa, com tempo integral de dedicação ao ensino e à pesquisa. Essa intenção, pela contemporaneidade do discurso cientificista que estava sendo incorporado no País (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TENOLÓGICO, 1968), foi obtendo a aceitação e a concordância de várias instituições ofertantes do curso de bacharelado em Biblioteconomia. Também, ao mesmo tempo, docentes de Biblioteconomia obtinham o apoio material para se ausentarem do País visando à obtenção de titulação de mestre ou doutor em Biblioteconomia, majoritariamente na Inglaterra e nos Estados Unidos da América. São essas condições que vão ensejar, no final da década de 1970, a criação dos cursos de mestrado em Biblioteconomia nas universidades públicas federais de: Minas Gerais, Paraíba e Brasília; e na universidade privada: Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Ainda nesse segundo grupo, dava-se a convivência dentro da atividade de ensino dos docentes titulados em pós-graduação estrito senso, ditos teóricos ou mais teóricos, e os docentes em tempo parcial, dito o pessoal da prática. Os primeiros mestres titulados em Biblioteconomia no Brasil começaram a atuar no ensino, sendo novos ou já detentores de prática docente, no início dos anos da década de 1980.

Decorrente da política governamental brasileira de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, imposta, sobretudo, pelo interesse econômico que sustentava o regime civil, militar, industrialista (FERNANDES, 2008), já existia no Brasil, desde o ano de 1970, o Curso de Mestrado em Ciência da Informação, ofertado pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), órgão vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisas (o então CNPq) e cabeça de ponte da difusão em território brasileiro da então denominada documentação científica. Sucessor, nos Estados Unidos da América, do campo Biblioteconomia Especializada, o campo da documentação científica incorpora muitas das novidades que a gestão de acervos e as estratégias de buscas de conteúdos requerem para apoiar pesquisadores industriais e científicos. Por essa característica (ou destino da ação) vai sendo criada, por parte dos documentalistas e bibliotecários documentalistas, uma identidade que, em parte, afasta-os do cotidiano operacional das bibliotecas de acervos gerais. Bibliotecários viam-se atraídos por esses desafios novos; essa convivência com a atuação em equipes de pesquisa fazia-os perceberem a necessidade de buscar conhecimentos importados que ultrapassassem aqueles já tidos como mais tradicionais, então ofertados na formação de graduação em Biblioteconomia no Brasil. Surgiam novas práticas, novos praticantes, novos ambientes e, assim, novos discursos. A partir do momento em que tal circunstância se dava, havia a inserção, nos primeiros anos da década de 1970, no quadro docente dos cursos de Biblioteconomia de professores novos que, sendo ou não bibliotecários, eram documentalistas ou cientistas da informação, portadores de um saber que se tomava como originado pela vertente: Biblioteconomia Especializada ou Documentação Científica. Na altura da segunda metade da década, havia já um discurso “misto”, “confuso” (pois pouco integrado), a compor o currículo formal do bacharelado em Biblioteconomia, por um lado, e a exigir, de outro lado, que estudantes e professores buscassem se entender em torno de um currículo informal, oculto, num mundo cujas transformações não estavam sempre evidentes no ambiente de vivência próximo.

Como terceira etapa, surgiu um terceiro grupo docente que foi sendo constituído a partir dos anos da década de 1980. No primeiro momento, nos primeiros anos dessa década, o grupo é formado pelos técnicos e gestores bibliotecários, oriundos de alguns tipos de bibliotecas, por teóricos da Biblioteconomia, egressos dos cursos brasileiros de mestrado em Biblioteconomia, e por teóricos da Ciência da Informação, egressos do mestrado em Ciência da Informação implantado ainda no IBBD, em 1970. A esses se juntam os doutores em Biblioteconomia e em Ciência da Informação titulados no exterior, que vão exercer a docência e a pesquisa, e vários outros docentes titulados em distintas áreas do conhecimento, passando

por Gestão e por Tecnologias de Informação, cujo ingresso nos Departamentos de Biblioteconomia, ou equivalentes, vai gerar um alfabeto lacunoso. Discursos díspares, disputas de poder e luta por acesso a financiamentos para a pesquisa dando-se num contexto de interesse pela formulação de estratégias de inserção em um mundo pró-globalização tendem a tornar os cursos de Biblioteconomia para esses personagens um campo de envolvimento secundário. Duas evidências podem ser expostas quanto a esse virtual desprezo pela formação de bibliotecários: 1) a progressiva destruição dos cursos de mestrado em Biblioteconomia, nos anos de década de 1990, e sua redenominação ou transformação em mestrado em Ciência da Informação, com a criação de novos cursos de mestrado na área sendo permitida sob essa insígnia; 2) O cisma promovido dentro da ABEBD que resultou na criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB), em 1989.

Esse terceiro grupo é o que predomina hoje, na metade da segunda década do século XXI, como envolvido com a formação de bibliotecários no Brasil. É um grupo que está esfacelado, se pensado sob a perspectiva de que comporia a congregação nacional detentora do projeto de formação de bibliotecários. Enquanto várias outras categoriais profissionais evoluíram em sua linha de formação acadêmica, atendendo às demandas que a globalização foi impondo, mas detendo virtualmente uma clara identidade (por exemplo, quantas áreas especializadas há hoje como formação na profissão de engenheiro? Quantas áreas especializadas há hoje como formação na profissão de médico?), da categoria profissional de bibliotecário não se pode dizer claramente o mesmo.

As incertezas atuais em torno da profissão de bibliotecário no Brasil remetem-nos para décadas atrás. Elas brotam de dentro dos departamentos de ensino de Biblioteconomia, incapazes que foram de pensar e formular estratégias de longo prazo, desde os anos de década de 1980; e hoje, como departamentos de Ciência da Informação, apresentam-se incapazes de formular projetos para o futuro. Tais incapacidades tornam esses espaços de produção do fazer acadêmico, mas, sobretudo, como espaços de reprodução de competências bibliotecárias, em territórios de expressão dos individualismos ou personalismos enviesados pelas origens acadêmicas de seus membros. Nesse sentido, são espaços de anulação da ética como ponto de partida (ARISTÓTELES, 1996) para a política, isto é, como lugar de discussão e compreensão possível da busca de convivência saudável em uma boa sociedade, com vistas a contribuir conscientemente na boa construção desta.

No livro comemorativo dos 50 anos de regulamentação da profissão de bibliotecário no País (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2015) a Presidente da parte final da nona gestão do CFB, completada em 1994, afirma, em relação aos bibliotecários e às escolas onde se dá a sua formação, algo que, numa ligeira observação, mostra que se agravou nos últimos vinte anos:

> Em se tratando de serviços e produtos, estamos muito bem. Mas continuamos trabalhando e nos modernizando da biblioteca para a biblioteca, deixando de lado a parte política e o grande impacto social da informação. Neste cenário, as escolas, os cursos formadores também estão muito distantes do processo político e social. (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2015, p. 56-57).

Diante disso, evidenciam-se muitos obstáculos. E sobre eles, necessitam-se promover, eu penso, discussões provavelmente sem verdades *a priori,* a brotar do campo do ensino, desde o momento em que a este foi repassada a autoridade de se autogerir, outorgada pelos bibliotecários quando estes ainda definiam os rumos do seu campo profissional no Brasil, lá pelos anos da década de 1970. Na sexta edição do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), realizada em Belo Horizonte, no ano de 1971, os bibliotecários deliberaram e aprovaram a 25ª recomendação final (FERREIRA; TOLEDO; FERREIRA, 1979, [não paginado]) com o seguinte texto:

> Que seja excluída dos futuros congressos brasileiros de Biblioteconomia e Documentação a discussão de assuntos referentes ao ensino e à formação profissional, os quais deverão ser examinados pela ABEBD em suas reuniões e encontros, e posteriormente relatados aos plenários dos congressos profissionais.

Com essa decisão, sobre os profissionais que se direcionaram para a atuação docente, recaiu, desde então, a responsabilidade pela qualidade da educação bibliotecária, a quantidade de formados para ingressar no mercado profissional, os conteúdos curriculares, as condições de aprendizagem prática, o alcance do conhecimento extracurricular dos egressos, o perfilhamento político e ideológico dos egressos, o velamento das questões mais amplas que o interesse social necessitaria ver atendidas, o direcionamento para segmentos selecionados do campo profissional, a tentativa de extinção da graduação em Biblioteconomia, a criação de cursos de graduação em gestão e ou Ciência da Informação etc.

A autonomia dada aos docentes de Biblioteconomia pelos bibliotecários, ao provocar certas dispersões, talvez devesse agora levar à discussão sobre as práticas docentes adotadas e, especialmente, sobre o fundamento de sua conduta. E eles próprios talvez devessem buscar esclarecer as razões pelas quais foram adotados os caminhos trilhados e como eles trilharam

esses caminhos, em geral, de forma solitária e desgarrados de coletivos de discussão. Uma expressão que me parece forte desse desapego do docente de Biblioteconomia ao coletivo é o próprio modo de ser e atuar da associação profissional que supostamente agrega os cursos e docentes de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação no Brasil: a Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN), sucessora da ABEBD desde o ano de 2001. Quantos associados têm se mantido ativos nos últimos dez anos? Quantos cursos e docentes atuantes mantiveram o pagamento de suas anuidades? Que infraestrutura operacional deveria e qual pode ter? Que benefícios potenciais poderia oferecer aos cursos, docentes e, especialmente, aos estudantes de bacharelado nos cursos que representa? Etc. Todas essas e muitas outras questões não se levantam do nada, elas são a expressão dos obstáculos que se apresentam e derivam da ausência do esforço pela prática da ação coletiva no ambiente constituído como coletivo. Mas há outras questões a exigir tratamento: quais as dificuldades em se operar coletivamente? Quais são os ideais e as diretrizes comuns, conscientemente traçadas pelos docentes, praticadas e sucessivamente avaliadas e aperfeiçoadas por essa atitude coletiva, dotada de alteridade entre os pares, com o viés da sociedade toda?

Quando as escolas de Biblioteconomia tinham seus corpos docentes integrados somente ou quase totalmente por bibliotecários, essa clareza quanto ao agir coletivo não estava evidente, pois se tinha a ilusão da fonte de saber do grupo: a Biblioteconomia fazia pensar e agir em sintonia como se autômatos fossem. Era uma postura arbitrária, desarrazoada, mas à época aceita como de baixo impacto de produção de danos sobre a sociedade. Porém, hoje, a realidade dentro dessas escolas, quanto ao quadro docente, não é mais aquela. Então, os danos do desencontro, da diferença ideológica, da distinção das práticas, da soberba de egressos de áreas cujos membros se veem com maior ou menor poder acadêmico, vão recair imediata ou mais tardiamente sobre as ausências que a sociedade sofrerá: a ausência de proposição de políticas bibliotecárias em favor da sociedade e a ausência de soluções técnicas de baixo custo estão entre as primeiras.

A ética como princípio a seguir, a consciência ética como a tradução desses princípios em atitudes e posturas que convergem para a realização de práticas do docente no exercício de sua docência, não se trata apenas de alguma coisa de foro íntimo e pessoal, de uma individualidade que estipula por sua própria vontade e deliberação, o que é correto de si para si. Não há um sujeito sem outro que lhe faça viver a sua condição humana e profissional. Não há docente sem discente; bibliotecário sem amante de leitura ou demandante de informação

etc. Historicamente, quem faz o docente é o sujeito que, reconhecendo lhe faltar algum conhecimento, busca na relação com um docente suprir suas lacunas de saber; sujeito a quem se chama discente. E isso vale para todos os profissionais de todos os campos ou interesses. E igualmente isso se dá em outras relações: quem faz o patrão é o empregado; quem faz o rico é o pobre; quem faz o pastor religioso é o crente; quem faz o político é o eleitor; neste último caso, trata-se de processo representacional. Em todas essas, e em muitas outras circunstâncias, deu-se uma inversão na relação entre esses pares acima mencionados, que, aparentemente, se aceita sem discussão mais profunda, isto é, toma-se o professor, o bibliotecário etc. como constituindo seus outros: discentes, leitores e demandantes de informação, por exemplo. E é por essa razão que esses fornecedores de serviços, pois é isso que são, devem ter muito clara qual a sua missão social e em que sentido sua postura deve ser configurada de modo a responder convenientemente aos seus utilizadores. E é nesse ponto que teria início a superação da atitude autômata. Atingir o entendimento central do papel a ser cumprido por um profissional para o seu outro, decorre do processo do pensar pelo olhar do outro, ou seja, vendo-se como o outro na relação, qual o melhor bem que pode desejar? Por evidente, essa não seria uma reflexão complicada a ser feita por um professor de um curso de Biblioteconomia em relação à sua atuação diante de seus discentes, pelo próprio fato de que, em um momento anterior, esse hoje docente foi também discente. Mas, de fato, é isso mesmo que ocorre? Provavelmente não. De início, há a necessidade de que seja visto esse docente como um docente coletivo (a soma dos “eus” em um “nós” que compõem o grupo), a busca primeira do “professor de Biblioteconomia ideal”, uma certa unidade ontológica, dotada de uma perspectiva teleológica de sua missão a ser cumprida pela adoção das melhores estratégias de ensino, com o uso da mais propícia didática. Ora, esse “professor de Biblioteconomia ideal”, se não existiu outrora, tem ficado cada vez mais distante de dar-se hoje. E essa distância parece ser a distância dada pela presença nos cursos de Biblioteconomia de docentes oriundos de várias matrizes ou origens profissionais.

Um rápido olhar, com a adoção de uma busca dirigida a cursos de Biblioteconomia brasileiros, situados nas Instituições de Ensino Superior (IES) onde também se oferecem programas de pós-graduação de estrito senso em Ciência da Informação, ou afim, proporcionará a localização de docentes vindos de várias origens profissionais atuando nesses locais. Esses docentes, de tão variada origem, pensarão e agirão de que modo na formação dos futuros egressos? O que eles falam de mundo da Biblioteconomia no seu currículo informal, ou oculto, a partir de suas visões ou discursos profissionais e acadêmicos distintos? Sem meio termo, é com essa diversidade que se faz hoje a composição do corpo

docente para encetar uma relação formativa de um egresso denominado bibliotecário; talvez, por isso, muitos egressos, ao se manifestarem como divisam seu campo de ação profissional, sintam dificuldades em expressar uma noção mais precisa sobre sua identidade cultural-profissional.

Neste momento atual, parece ser inadiável a discussão entre os docentes dos cursos/escolas de Biblioteconomia em torno de se chegar ao que seria o(a) "professor(a) de Biblioteconomia ideal". Ao colocar a questão dessa forma, eu não penso em um professor homogêneo quanto às suas técnicas de trabalho, nem muito menos ao engessamento da liberdade de pensamento. No entanto, há de ter aspectos que exijam uma reflexão sobre quais seriam as características passiveis de proporcionar para os discentes e para a sociedade a noção de uma identidade do docente de Biblioteconomia; de seus valores essenciais; de sua crença sobre seu trabalho na sociedade etc. Isso precederia sua entrada em sala de aula na relação concreta, face a face com a multiplicidade de esperanças dos alunos, sem que igualmente se lhe dê a direção tradicional de redução de todos ao feixe comum. Resolvido isso, que não é fácil como já foi dito, estar-se-ia próximo do momento de expressar o esboço de uma deontologia ou modo de conduta do(a) "professor(a) de Biblioteconomia ideal".

Esse esboço levaria a um documento que, por tradição na apropriação terminológica ligeira, tem sido chamado de Código de Ética. Mas que necessidade há de uma deontologia do docente de Biblioteconomia no Brasil? Pode-se argumentar pela sua construção a partir de alguns argumentos. O mais simplório é que há seis anos a Associação de Ensino de Biblioteconomia/Ciência da Informação dos Estados Unidos da América (ALISE) adotou essa ideia e apresentou publicamente um documento com esse teor; já um argumento mais complexo é que, com a sustentação da declaração universal dos direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), como base para a liberdade de ação de todas as pessoas, dar a conhecer os princípios da ação, e os objetivos de uma profissão fortalecem a liberdade de ambas as partes, além de expor a capacidade de um grupo de profissionais em assumir os riscos sociais de se apresentar como coletivo.

Neste momento brasileiro, vive-se uma conjuntura política e social em que aos grupos profissionais que atuam na formação e no desenvolvimento humano parece se colocar como uma cobrança (digo até uma autocobrança) a exposição de seu jeito de fundamentar o seu modo de ação, explicitar o sentido e a finalidade que tem essa ação e, por fim, o modo pelo qual farão com que isso possa acontecer. Dizer isso, é dizer-se em condições de participar nos

vários âmbitos da política nacional (econômica, social, cultural etc.) e das políticas locais de envolvimento cotidiano da cidadania.

Se este atual quadro pode ser tomado como implicando um momento da história da educação em Biblioteconomia no Brasil, esse momento seria marcado pela retomada de vários ideais que estavam presentes no final dos anos de 1950. Entretanto, parece razoável se observar que há uma grande e profunda diferente circunstância: a possibilidade de potencialização de um ideal comum apontado pela convergência de profissionais de diferentes matrizes ou campos profissionais constituindo o corpo docente da área. Não é pouca coisa.

REFERÊNCIAS

ALISE Ethics Guidelines Statement. **Ethical Guidelines for Library and Information Science Educators. 4 May, 2010.** Disponível em: <http://www.alise.org/index.php?option=com_content&view=article&id=31>. Acesso em: 27 abr. 2016.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. *In*: ______. **Vida e obra.** São Paulo: Círculo do Livro, 1996. p. 117-320.

BERLINCK, M. N. Elogio da universidade. *In*: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio A. **A escola livre de Sociologia e Política** – anos de formação 1933-1953 – depoimentos. São Paulo: Escuta, 2001. p. 45-56.

BIBLIOTECA FESPSP. **Linha do tempo**: 70 anos de Biblioteconomia na FESPSP – 1940-2010. 20 jun. 2010. Disponível em: <http://www.slideshare.net/monitorfabci/linha-do-tempo-descritiva-folder-web-4559098>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CANTARINO, Geraldo. **A ditadura que o inglês viu:** documentos diplomáticos sigilosos revelam a visão britânica do Brasil desde o golpe de 1964 até o processo de abertura politica em 1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. 200 p.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Bibliotecário:** 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil – 1965-2015. Brasília, 2015.

______. **Código de ética do bibliotecário brasileiro.** Disponível em: <http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/Resolucao/Resolucao_042-02.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TENOLÓGICO (CNPq). **A pesquisa industrial no Brasil como fator de desenvolvimento.** Rio de Janeiro, 1968. 38 p.

FERNANDES, Florestan. O perfil do intelectual em um estado de exceção. *In*: COHN, Amélia (Org.). **Florestan Fernandes.** Rio de Janeiro: Beco do Azouge, 2008. p. 54-71.

FERREIRA, Carminda Nogueira de C.; TOLEDO, Maria do Rosário de C. F.; FERREIRA, Ruthe Helena C. **1954-1979:** jubileu dos Congressos de Biblioteconomia e Documentação: temários; autores; trabalhos apresentados; recomendações. Curitiba, 1979.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação.** Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portuguesecodeofethicsfull.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2014.

MULIM, R. B. **Cultura e bibliotecas em São Paulo:** o pioneirismo de Adelpha Figueiredo. 2011. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://tede.mackenzie.com.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2522>. Acesso em: 9 maio 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

SOUZA, Francisco C. 50 anos de evolução do ensino de Biblioteconomia no Brasil [1965-2015]. *In*: CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Bibliotecário:** 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil – 1965-2015. Brasília, 2015. p. 172-190.

______. O ensino de Biblioteconomia no Brasil e aspectos de sua dimensão curricular: um exame dos ditos e não ditos na coleção documentos ABEBD. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Diversidade cultural e políticas de informação.** São Paulo: ECA-USP; ANCIB, 2008a. 17 f. 1 CD-Rom.

______. **O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.** Florianópolis, 2008b. (Relatório de Pesquisa desenvolvida com apoio financeiro do CNPq - Processo nº 473200/2006-6, de outubro de 2006 a setembro de 2008). 124 f.

______. Tendências em informação, educação e trabalho: as dimensões currículo e mercado profissional na pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação,** v. 1, p. 1-38, 2008c.

______. Ensino de informação no Brasil - representações do docente de Biblioteconomia na Coleção Documentos ABEBD. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DE INFORMAÇÃO, 7., 2007, Salvador, BA. **VII CINFORM - Informação, Humanismo e Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Salvador, BA: UFBA - Instituto de Ciência da Informação, 2007. 15 f. 1 CD-Rom.

______. A criação da ABEBD: expectativas e caminhos adotados. **Biblios,** Lima, v. 7, p. 1-15, 2006a.

______. **O discurso construído no Brasil sobre o ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação** (processo sócio-histórico e seus desdobramentos, a partir dos documentos da ABEBD). Florianópolis: UFSC, 2006b. (Relatório de Pesquisa desenvolvida com apoio

financeiro do CNPq - Processo nº 401507/04-1, de junho de 2005 a junho de 2006. 156 f.). Disponível em: <http://eprints.rclis.org/19802/1/O%20DISCURSO%20CONSTRU%C3%8DDO%20NO%20BRASIL%20SOBRE%20%282005-6%29.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.

______. O discurso sobre a educação em Biblioteconomia e Ciência da Informação: caminhos teórico-metodológicos para a compreensão. *In*: CUNHA, Miriam Vieira da; SOUZA, Francisco das Chagas de (Org.). **Comunicação, gestão e profissão:** abordagens para o estudo da ciência da informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006c. p. 151-172.

______. A formação acadêmica de bibliotecários e cientistas da informação e sua visibilidade, identidade e reconhecimento social no Brasil. **Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v. 16, p. 32-46, 2006d.

SOBRE O AUTOR

Francisco das Chagas de Souza
Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: francisco.chagas.souza@gmail.com

Recebido em: 27/04/2016; **Revisado em:** 15/06/2016; **Aceito em:** 15/06/2016.

Como citar este ensaio

SOUZA, Francisco das Chagas de. Ética, consciência e práticas éticas do docente de Ciência da Informação, Documentação, Biblioteconomia, Arquivologia e Gestão da Informação no Brasil. **Informação em Pauta,** Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 135-147, jan./jun. 2016.